



TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ/MF N° 33.000.118/0001-79

NIRE N° 33.300.15258-0

Companhia Aberta

Informações relativas à 7ª emissão de debêntures da Telemar Norte Leste S.A., sendo a 4ª privada, ("Companhia"), para fins do Anexo 15 da Instrução CVM nº481, de 17 de dezembro de 2009:

- a. Valor máximo da emissão: R\$ 446.481.000,00 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e um mil reais).
- b. Séries: a emissão será em série única.
- c. Quantidade e valor nominal: 446.481 (quatrocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e uma) debêntures com valor nominal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) ("Debêntures").
- d. Destinação dos recursos: Financiamento do plano de investimentos na região da Amazônia Legal, conforme projeto técnico-econômico da Companhia aprovado pelo Banco da Amazônia S/A ("BASA", ou "Agente Operador") e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), com o fim de promover a modernização e melhoria da atual rede de comunicação da Companhia, atendendo a novos municípios, ampliando a capacidade nas regiões onde hoje há cobertura, assim como a evolução da rede existente, permitindo oferecer novos tipos de serviços ("Projeto").
- e. Razões da emissão e consequências: A emissão decorre de uma obrigatoriedade para contratação de financiamento junto ao BASA, mediante a utilização de recursos do FDA, para realização do Projeto, conforme descrito no item "d" acima.
- f. Remuneração: TJLP+1,65% a.a.

- g. Espécie e garantias: As Debêntures serão da espécie com Garantia: (i) Real, consistente em Penhor de determinados direitos creditórios da Companhia decorrentes da prestação de serviços de telefonia fixa comutada - STFC e outros serviços, no valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), após a subscrição total das Debêntures; e (ii) Fidejussória, por Fiança prestada pela controladora da Companhia, Tele Norte Leste Participações S.A. As Debêntures contarão, ainda, com mecanismo de liquidez, através de Conta Reserva junto ao BASA, no valor de até 3,5 vezes o serviço da dívida (principal + encargos da maior prestação de amortização), não inferior a R\$ 25.600.000,00 (vinte e cinco milhões e seiscentos mil reais).
- h. Prazo e condições de vencimento, amortização, resgate, e vencimento antecipado: as Debêntures terão o prazo de até 240 meses, com prazo de carência, de forma que o primeiro pagamento ocorra até um ano após o Projeto entrar em operação (data prevista para 01/02/2013), na forma estipulada no parágrafo único, artigo 21 e no artigo 23 do Regulamento do FDA, anexo ao Decreto nº 4.254/2002. Transcorrido o prazo de carência, as Debêntures serão amortizadas em 34 (trinta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, do principal e juros até o vencimento. Poderá ocorrer resgate antecipado, total ou parcial, a critério da Companhia a qualquer tempo e sem penalidades, mediante notificação com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de realização da amortização ou resgate, nos termos do artigo 26, inciso IX, do Regulamento do FDA, anexo ao Decreto nº 4.254/2002. O resgate antecipado poderá ser realizado ainda que a Companhia tenha sido notificada sobre a intenção de conversão pelos debenturistas. As Debêntures estarão sujeitas a eventos de vencimento antecipado previstos no Regulamento do FDA, anexo ao Decreto nº 4.254/2002, e conforme práticas usuais de mercado.
- i. Colocação: as Debêntures serão emitidas mediante colocação privada.
- j. Matérias a serem definidas posteriormente pelo Conselho de Administração: Serão delegadas ao Conselho de Administração da Companhia poderes para (i) a realização de todos os atos necessários para a contratação da referida operação e de assessores, incluindo, mas não se limitando à realização de atos societários e à aprovação para alteração a qualquer tempo de quantidade, taxa de remuneração e data de vencimento das Debêntures, e (ii) a assinatura de todo e qualquer documento que se faça necessário, inclusive objetivando o cancelamento de eventual saldo de Debêntures desta ou de anterior emissão.
- k. Agente fiduciário: Não aplicável.

- l. Classificação de risco: as Debêntures não contarão com classificação de risco.
- m. Mercado secundário: Não aplicável.
- n. Em caso de emissão de debêntures conversíveis:
 - i. Relação de conversão: As Debêntures serão conversíveis em ações preferenciais classe A (TMAR5) da Companhia e o preço de conversão das Debêntures em ações da Companhia será equivalente à cotação média das ações preferenciais classe A da Companhia (TMAR5) nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à conversão em que foram negociadas em bolsas de valores nacionais. A quantidade de ações em que serão convertidas as Debêntures corresponderá ao resultado da divisão entre a soma do preço unitário atualizado de cada debênture a ser convertida, sem prêmio, pela cotação média das ações preferenciais classe A (TMAR5) dos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data da conversão. Considerando que a quantidade de ações a serem subscritas será obrigatoriamente um número inteiro, caso o resultado da divisão resulte em número fracionário, o número de ações resultante da conversão será arredondado para o número inteiro imediatamente inferior e o valor da fração da ação será pago aos debenturistas, em espécie, pela Companhia, na data de subscrição da referida ação.
 - ii. Justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a fixação da relação de conversão: A relação de conversão foi determinada em função de deliberação da SUDAM, com base nos parâmetros estabelecidos na Portaria 1.177, de 15 de dezembro de 2006, do Ministério da Integração Nacional. Tal critério está em linha com os critérios estabelecidos no § 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76.
 - iii. Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento: A opinião dos administradores é de que: a participação atual frente o aumento do capital (considerando maior diluição) equivaleria a uma redução de 2,91% do capital social total (participação atual é 100% e participação futura seria 97,09% para os mesmos acionistas) e uma redução de 5,20% do na participação nas ações preferenciais classe A da Companhia (TMAR5) (participação atual é 100% e participação futura seria 94,80% para os mesmos acionistas).
 - iv. Cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação da relação de conversão: Não se aplica. Conforme exposto no item ii acima, a relação de conversão será determinada, em cada de evento de conversão, com base na

cotação das ações preferenciais classe A da Companhia então prevalecentes, em linha com o que dispõe o inciso III do § 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, conforme autorizada pela deliberação da SUDAM, com base nos parâmetros estabelecidos na Portaria nº 1.177, de 15 de dezembro de 2006, do Ministério da Integração Nacional.

- v. Informar os termos e condições a que está sujeita a conversão: Os debenturistas, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou de resgate, poderão optar por converter em ações preferenciais, sem direito a voto, da classe A da Companhia (TMAR5), respeitando o limite de até 50% (cinquenta por cento) do montante subscrito, observada ainda a hipótese prevista no artigo 24 do Regulamento do FDA, anexo ao Decreto nº 4.254/2002, e obedecerá: (i) *Limites legais*: Até o integral pagamento das obrigações previstas na Escritura de Emissão, a Companhia se obriga a observar o limite legal do seu capital social, conforme o disposto no artigo 15 da Lei nº 6.404/76; (ii) *Datas de Conversão*: As Debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A (TMAR5) de emissão da Companhia, por opção dos debenturistas, nas datas de pagamentos das amortizações programadas, respeitado sempre o limite estabelecido de até 50% (cinquenta por cento) do montante subscrito. Na ocorrência das hipóteses de conversão, os debenturistas deverão notificar a Companhia com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência; (iii) *Bases de Conversão*: O valor total das Debêntures a ser convertida em ações preferenciais classe A (TMAR5) fica limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor de cada parcela de amortização programada paga semestralmente, bem como a manutenção do controle da Companhia pelo setor privado. (iv) *Restrição à Conversão*: Não será permitida a conversão de Debêntures em ações preferenciais classe A (TMAR5) da Companhia no período entre a data da publicação de edital de convocação de assembléia geral da Companhia para deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia e o final do prazo para exercício do direito de preferência dos acionistas da Companhia para subscrever o respectivo aumento de capital.
- vi. Direitos, vantagens e restrições das ações resultantes da conversão: As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às da mesma espécie e classe de emissão da Companhia (TMAR5) na data de emissão das Debêntures, fazendo jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia, a partir da data de conversão. Qualquer alteração posterior à data de emissão das Debêntures com relação aos direitos, preferências e vantagens das ações objeto da conversão (TMAR5) somente será válida e eficaz se aprovada pelos debenturistas.

vii. Direito de Preferência: em atenção ao artigo 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, será assegurado aos atuais acionistas da Companhia direito de preferência para a subscrição das Debêntures, no prazo legal. Em caso de exercício do direito de preferência por atuais acionistas da Companhia, o BASA, na qualidade de Agente Operador, ao subscrever as Debêntures, irá, em conjunto com a Companhia, e uma vez apurada a quantidade de Debêntures objeto do exercício do direito de preferência, tomar todas as medidas necessárias a: (i) aditar a respectiva Escritura de Emissão das Debêntures; (ii) transferir tantas Debêntures quantas forem necessárias para fazer frente ao exercício do citado direito de preferência; e (iii) transferir ao BASA, mediante o pagamento, com os recursos resultantes do exercício do direito de preferência, do valor correspondente às Debêntures transferidas aos acionistas que tenham exercido o direito de preferência.

viii. Diluição potencial resultante da emissão:

(i) Em relação ao capital social total:

Participação atual = 100% do capital social total

Participação futura (maior diluição) = 97,09% do capital social total

(ii) Em relação à participação nas ações preferenciais classe A da Companhia (TMAR5):

Participação atual = 100% das ações preferenciais classe A TMAR5

Participação futura (maior diluição) = 94,80% das ações preferenciais classe A TMAR5.

TELEMAR NORTE LESTE S/A
CNPJ/MF 33.000.118/0001-79
NIRE 33 300 152580
Companhia Aberta

Origem e Justificativa da Proposta de Rerratificação da redação do caput do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia:

Trata-se de proposta de rerratificação da redação do caput do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, aprovada na AGE realizada em 13/01/2011, para que também reflita o valor do capital integralizado, passando a mesma

De:

“Art. 6º - O capital social subscrito é de R\$7.452.236.404,27 (sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e sete centavos), representado por 238.830.987 ações (duzentos e trinta e oito milhões, oitocentas e trinta mil, novecentas e oitenta e sete), sendo 107.063.093 (cento e sete milhões, sessenta e três mil e noventa e três) ações ordinárias, 130.703.927 (cento e trinta milhões, setecentos e três mil, novecentas e vinte e sete) ações preferenciais Classe “A” e 1.063.967 (um milhão, sessenta e três mil, novecentas e sessenta e sete) ações preferenciais Classe “B”, todas nominativas e sem valor nominal.”

Para:

“Art. 6º - O capital social subscrito é de R\$7.452.236.404,27 (sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e sete centavos), *tendo sido integralizado R\$7.445.719.827,60 (sete bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e dezenove mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta centavos)*, representado por 238.830.987 ações (duzentos e trinta e oito milhões, oitocentas e trinta mil, novecentas e oitenta e sete), sendo 107.063.093 (cento e sete milhões, sessenta e três mil e noventa e três) ações ordinárias, 130.703.927 (cento e trinta milhões, setecentos e três mil, novecentas e vinte e sete) ações preferenciais Classe “A” e 1.063.967 (um milhão, sessenta e três mil, novecentas e sessenta e sete) ações preferenciais Classe “B”, todas nominativas e sem valor nominal.”

(inclusão em destaque)

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ/MF N° 33.000.118/0001-79

NIRE 33 300 152580

Companhia Aberta

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DAS CARACTERÍSTICAS DA COMPANHIA

Art. 1º - A Telemar Norte Leste S.A. é uma companhia aberta, que se rege pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Art. 2º - A Companhia tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas.

Parágrafo Único - Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como:

- I. participar do capital de outras empresas, visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações;
- II. constituir subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas;
- III. promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- IV. prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum;
- V. exercer atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações;
- VI. celebrar, com aprovação do Conselho de Administração, contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando a assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e
- VII. exercer outras atividades afins ou correlatas, que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral.

Art. 3º - A Companhia obriga-se, durante o prazo da concessão e sua prorrogação, a manter, na sua estrutura organizacional, órgão para deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais e técnicas envolvidas no cumprimento dos Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado Local, celebrados, diretamente ou por sucessão, com a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, inclusive fazendo refletir tal obrigação na composição e nos procedimentos decisórios de seus órgãos de administração.

Parágrafo Único - A Companhia obriga-se a não despender com contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica, com entidades estrangeiras, em relação a

receita anual do Serviço Telefônico Fixo Comutado, líquida de imposto e contribuições, valores superiores a:

- (i) 1% ao ano até 31.12.2000;
- (ii) 0,5% ao ano de 01.01.2001 à 31.12.2002; e
- (iii) 0,2% ao ano a partir de 01.01.2003.

Art. 4º - A Companhia tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo, por deliberação de sua Diretoria, observado o disposto no artigo 31, inciso X, abaixo, criar e extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios, departamentos e representações.

Art. 5º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 6º - O capital social subscrito é de R\$7.452.236.404,27 (sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e sete centavos), tendo sido integralizado R\$7.445.719.827,60 (sete bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e dezenove mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), representado por 238.830.987 ações (duzentos e trinta e oito milhões, oitocentas e trinta mil, novecentas e oitenta e sete), sendo 107.063.093 (cento e sete milhões, sessenta e três mil e noventa e três) ações ordinárias, 130.703.927 (cento e trinta milhões, setecentos e três mil, novecentas e vinte e sete) ações preferenciais Classe "A" e 1.063.967 (um milhão, sessenta e três mil, novecentas e sessenta e sete) ações preferenciais Classe "B", todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Único - As ações da Companhia são escriturais, sendo mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição habilitada a prestar tais serviços, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do Artigo 35, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Art. 7º - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700.000.000 (setecentos milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de se guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) para a emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Parágrafo Único - Dentro do limite da autorização para aumento do capital social de que trata o caput deste artigo, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá aprovar a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados e as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às empresas por ela controladas.

Art. 8º - Dentro do limite do capital autorizado, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante:

- I. subscrição pública ou venda em bolsa de valores;
- II. permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76; e

III. gozo de incentivos fiscais, nos termos de lei especial.

Art. 9º - O acionista é obrigado a realizar o capital subscrito, nas condições previstas no ato que deliberar a subscrição, o qual poderá estabelecer que o pagamento seja feito mediante chamadas pelos órgãos de administração da Companhia.

Parágrafo Único – Sem prejuízo do disposto no artigo 107 da Lei nº 6.404/76, o acionista que deixar de efetuar o pagamento nas datas aprazadas ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento dos juros de 1% (um por cento) ao mês, correção monetária, com a menor periodicidade admitida por lei, e multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso.

Art. 10 - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 11 - Às ações preferenciais classe “A” são assegurados: (a) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe “B” e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe “C” até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% (três por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia; (b) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, direito a dividendos 10% (dez por cento) superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias; bem como (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe “C” e ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe “B” definida a seguir. Às ações preferenciais classe “B” são assegurados: (x) prioridade no pagamento do dividendo fixo e não cumulativo de 10% (dez por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia, bem como (y) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe “A” e classe “C” e ações ordinárias. Às ações preferenciais classe “C” são assegurados: (i) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe “B” e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe “A”, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% (três por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia; (ii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido no item (i) deste artigo.

Parágrafo 1º - As ações preferenciais classe “A” e classe “B” poderão ser resgatadas, em qualquer tempo, pelo valor calculado na forma do item “x” do caput deste artigo, ou pelo valor da cotação em bolsa, quando este for superior àquele, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, mediante sorteio, se as disponibilidades não permitirem o resgate de sua totalidade.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais, de qualquer classe, participarão da capitalização de outras reservas e lucros.

Parágrafo 3º - Observado o disposto no Parágrafo 4º deste artigo, as ações preferenciais, de qualquer classe, somente terão direito a voto nas deliberações referentes às matérias previstas no Parágrafo Único do artigo 3º e nos demais casos expressamente previstos neste Estatuto, sem prejuízo do disposto no § 1º, do artigo 115, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 4º - As ações preferenciais classe “A”, classe “B” ou classe “C” adquirirão o direito de voto se a Companhia, por um prazo de 3 (três) anos consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos, conforme o caso, a que fazem jus nos termos deste Estatuto.

Parágrafo 5º - As ações ordinárias e preferenciais participarão em igualdade de condições na distribuição de eventuais bonificações em ações, decorrentes de correção monetária ou de incorporação de lucros ou reservas ao capital social, devendo as ações existentes receber novas ações bonificadas da respectiva espécie, sendo que todas as classes de ações preferenciais deverão receber ações bonificadas preferenciais classe "C".

Art. 12 - O valor de reembolso a ser pago pela Companhia, nos casos previstos em Lei, será o valor econômico da Companhia dividido pelo número total de ações, sendo tal valor econômico apurado em avaliação, nos termos da Lei nº 6.404/76, com as alterações dadas pela Lei nº 9.457, de 05.05.1997.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13 - A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia.

Art. 14 - Além das atribuições previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral:

- I. reformar o Estatuto Social;
- II. autorizar a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações ou vendê-las, se em tesouraria, bem como autorizar a venda de debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas, podendo delegar ao Conselho de Administração a deliberação sobre:
 - (i) a época, as condições de vencimento, a amortização ou o resgate;
 - (ii) a época e as condições de pagamento dos juros da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver; e
 - (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como o tipo de debêntures;
- III. deliberar sobre a alteração do dividendo mínimo obrigatório;
- IV. deliberar sobre a participação da Companhia em grupo de sociedades;
- V. deliberar sobre a criação de partes beneficiárias;
- VI. deliberar sobre proposta de distribuição de dividendos ou de pagamento de juros sobre o capital que seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia;
- VII. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- VIII. deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- IX. suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou pelo Estatuto;
- X. eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros e respectivos suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- XI. fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- XII. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- XIII. deliberar sobre promoção de ação de responsabilidade civil a ser movida pela Companhia contra os administradores, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio, na conformidade do disposto no artigo 159 da Lei nº 6.404/76;

- XIV. deliberar sobre o aumento do capital social quando em volume acima do montante autorizado neste Estatuto;
- XV. deliberar sobre a emissão de quaisquer valores mobiliários no País ou no exterior, observado o disposto no artigo 22, inciso XV, deste Estatuto, e, ainda, ressalvada a competência do Conselho de Administração para emissões dentro do limite do capital autorizado;
- XVI. aprovar previamente a celebração de quaisquer contratos de longo prazo entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado, salvo quando os contratos obedecerem a cláusulas uniformes;
- XVII. deliberar sobre a criação de nova classe de ações preferenciais ou aumento de classe existente, sem guardar proporção com as demais espécies e classes, no que exceder ao número de ações previsto no art. 7º acima;
- XVIII. deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais; e
- XIX. autorizar a celebração de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica, com entidades estrangeiras vinculadas aos acionistas controladores, dentro dos limites estabelecidos no Parágrafo Único do artigo 3º deste Estatuto.

Parágrafo Único - Os acionistas titulares de ações preferenciais, de qualquer classe, terão direito a voto nas deliberações a que se refere o inciso XIX deste artigo, sem prejuízo do disposto no § 1º, do artigo 115 da Lei nº 6.404/76.

Art. 15 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, cabendo ao seu Presidente consubstanciar o respectivo ato. Poderá, ainda, a Assembleia Geral ser convocada na forma prevista no Parágrafo Único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 9.457/97.

Art. 16 - A Assembleia Geral será instalada pelo Diretor Presidente da Companhia, que procederá à eleição da mesa Diretora, composta de um presidente e um secretário, escolhidos dentre os acionistas presentes. Na ausência ou impedimento do Diretor Presidente, a Assembleia poderá ser instalada por qualquer Diretor ou por procurador devidamente investido de poderes específicos para esse fim.

Art. 17 - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

Parágrafo 1º - A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos, incluindo dissidências e protestos.

Parágrafo 2º - Salvo deliberações em contrário da Assembleia, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

Art. 18 - Anualmente, nos quatro primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, para:

- I. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- II. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
- III. eleger os membros do Conselho Fiscal e, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração.

Art. 19 - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia a exigirem.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

SEÇÃO I

NORMAS GERAIS

Art. 20 - A Administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, estando os seus membros dispensados de prestar caução para o exercício das suas funções.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, exercerá a administração superior da Companhia.

Parágrafo 2º - A Diretoria é o órgão executivo da administração da Companhia, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência estabelecida pelo presente Estatuto e pelo Conselho de Administração.

Art. 21 - Os administradores tomam posse mediante termos lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso.

SEÇÃO II

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 22 - Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

- I. fixar a política geral dos negócios da Companhia e acompanhar sua execução;
- II. convocar a Assembleia Geral;
- III. aprovar e submeter à Assembleia Geral as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração da Companhia, neles incluídas as demonstrações consolidadas;
- IV. deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, nos termos do Parágrafo 2º do artigo 41 deste Estatuto;
- V. eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições legais e estatutárias;
- VI. aprovar, mediante proposta da Diretoria, a indicação ou destituição de titular da auditoria interna;
- VII. aprovar o orçamento anual da Companhia, a forma de sua execução e o plano anual de metas e estratégia de negócios da Companhia para o período de vigência do orçamento;
- VIII. resolver, quando delegado pela Assembleia Geral, sobre as condições de emissão de debêntures, conforme disposto no § 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76;

- IX. aprovar a proposta da Diretoria sobre o Regimento da Companhia, com sua respectiva estrutura organizacional;
- X. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, examinar, a qualquer tempo, os livros da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração ou sobre quaisquer outros atos;
- XI. escolher e destituir os auditores independentes;
- XII. aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;
- XIII. aprovar o aumento de participação em sociedades controladas ou coligadas, no País ou no exterior, a constituição de subsidiárias integrais da Companhia, a participação da Companhia no capital de outras empresas, no País e no exterior, e a alienação, total ou parcial, dessa participação;
- XIV. autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- XV. autorizar a emissão de notas promissórias comerciais ("commercial papers");
- XVI. aprovar e definir os termos e condições de quaisquer emissões de ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado;
- XVII. aprovar investimentos que excederem R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), quando não previstos no orçamento anual da Companhia;
- XVIII. aprovar qualquer empréstimo, financiamento ou concessão de qualquer garantia real ou fidejussória realizado pela Companhia, dentro do período compreendido pelo orçamento então em vigor, isolada ou cumulativamente, que ultrapassem o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- XIX. autorizar a assinatura de contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias de direitos, que impliquem obrigações para a Companhia ou representem valores em montante superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não estejam previstos no orçamento da Companhia;
- XX. observado o disposto nos demais incisos deste artigo que tratam de bens do ativo permanente, autorizar a Diretoria a adquirir, alienar e constituir ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente da Companhia, em valores que representem responsabilidade igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não estejam previstos no orçamento anual da Companhia;
- XXI. estabelecer as diretrizes referentes aos critérios de remuneração dos administradores da Companhia, bem como distribuir o montante global da remuneração fixado pela Assembleia Geral, entre os Conselheiros e Diretores da Companhia, fixando-lhes a remuneração individual;
- XXII. aprovar, mediante proposta da Diretoria, instituição na qual serão mantidas, em conta de depósito, as ações da Companhia;
- XXIII. indicar os representantes da Companhia nos órgãos da administração das empresas das quais a mesma participe no capital social, na qualidade de acionista ou sócia-quotista;
- XXIV. orientar os votos a serem proferidos pelo representante da Companhia nas assembleias gerais de suas controladas;
- XXV. acompanhar o cumprimento das obrigações da Companhia junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e as negociações sobre tarifas e preços;
- XXVI. autorizar a prestação de garantias pela Companhia em favor de empresas controladas e de terceiros;
- XXVII. observado o disposto no inciso XVI do artigo 14, acima, aprovar qualquer operação individual cujo valor exceda R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), entre a Companhia e suas controladas, de um lado, e seus acionistas, suas controladas, suas coligadas, controladoras ou sociedades sob o controle comum desses, de outro lado;

- XXVIII. observado o disposto no artigo 101 da Lei nº 9.472, de 16.07.1997, autorizar a alienação ou oneração de bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços públicos de telecomunicações;
- XXIX. autorizar a renúncia a direitos de subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição emitidos por empresas controladas, independentemente de seus valores;
- XXX. autorizar investimentos em novos negócios;
- XXXI. autorizar a Companhia, bem como suas coligadas e controladas a celebrar, alterar ou rescindir acordo de acionistas;
- XXXII. autorizar a prática de atos gratuitos, em benefício de empregados ou da comunidade, tendo em vista as responsabilidades sociais da Companhia, sendo que a prestação de fianças para empregados no caso de transferências e/ou remanejamentos interestaduais e/ou intermunicipais não configura matéria que dependa de prévia aprovação do Conselho de Administração; e
- XXXIII. desempenhar quaisquer outras funções ou deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não sejam da competência da Assembleia Geral, tal como definido no presente Estatuto e expressamente na lei.

Art. 23 - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos e igual número de suplentes, mantendo-se sempre o número ímpar de membros, incluindo o representante dos titulares das ações preferenciais.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembléia Geral; os titulares de ações preferenciais de ambas as classes, em conjunto, terão direito de eleger, por votação em separado, um membro do Conselho.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração terão o mandato de 3 (três) exercícios anuais, considerando-se exercício anual o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias.

Parágrafo 3º - A alteração estatutária do disposto no Parágrafo 1º deste artigo dependerá da aprovação dos titulares de ações preferenciais de ambas as classes, reunidos em assembléia especial, na forma do Parágrafo Único do artigo 18 da Lei nº 6.404/76.

Art. 24 - O Conselho de Administração deverá nomear, dentre os seus membros, o Presidente do órgão.

Art. 25 - No caso de vacância no cargo de Conselheiro, inclusive do Presidente do Conselho, o seu suplente assumirá o cargo em complementação do mandato do Conselheiro substituído.

Parágrafo 1º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, cada Conselheiro será substituído por seu suplente, especificamente para cada reunião. Nas hipóteses de ausências ou impedimentos temporários do Presidente, este será substituído pelo seu suplente nas respectivas reuniões, sendo que a Presidência do Conselho de Administração será assumida interinamente por um dos Conselheiros, indicado pelo próprio Presidente.

Parágrafo 2º - Em caso de vacância no cargo de Conselheiro e, na falta de seu suplente para cumprir o tempo remanescente do mandato, os seus substitutos serão nomeados pelos demais Conselheiros até a primeira Assembleia Geral que se realizar, na forma da lei.

Art. 26 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre do ano calendário, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou de 2 (dois) Conselheiros quaisquer, lavrando-se ata de suas deliberações no livro próprio.

Parágrafo 1º - A convocação para as reuniões do Conselho de Administração deve ser realizada por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e dirigida a todos os Conselheiros, com a especificação da data, local e hora onde será realizada a reunião e das matérias que serão submetidas à deliberação.

Parágrafo 2º - Não obstante o disposto neste artigo, considerar-se-á regular a reunião do Conselho de Administração na qual comparecerem todos os seus membros, efetivos ou suplentes.

Art. 27 - O quorum de instalação da reunião do Conselho de Administração será o da maioria dos membros, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

SEÇÃO III

DIRETORIA

Art. 28 - A Diretoria da Companhia será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) membros, mantendo-se sempre preenchidos os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Finanças, sendo que os demais membros serão Diretores sem designação específica, observado o disposto no Parágrafo Único adiante.

Parágrafo único – Caberá a qualquer Diretor exercer o cargo de Diretor de Relações com Investidores, podendo ser exercido cumulativamente ou não, conforme vir a ser deliberado pelo Conselho de Administração quando da respectiva eleição. O referido cargo deverá manter-se sempre preenchido.

Art. 29 - Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração e terão mandato de 3 (três) exercícios anuais, considerando-se exercício anual o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias.

Art. 30 - Em suas ausências e impedimentos, o Diretor Presidente será substituído por qualquer Diretor por ele designado.

Parágrafo 1º - No caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente e do Diretor por ele designado, as funções do Diretor Presidente serão exercidas por um dos membros da Diretoria designado pelo Diretor ausente ou impedido que estiver, na forma do caput deste artigo, exercendo as referidas funções.

Parágrafo 2º - No caso de ausência ou impedimento temporário de um dos demais membros da Diretoria, o cargo será acumulado por um Diretor designado pela Diretoria.

Parágrafo 3º - Em caso de vacância no cargo de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para a eleição do substituto, a fim de cumprir o restante do mandato do substituído. Na vacância do cargo de Diretor Presidente, do Diretor de Finanças ou do Diretor de Relações com Investidores, e até que o Conselho de Administração delibere a respeito, as funções relativas ao respectivo cargo serão cumuladas por um Diretor designado pela Diretoria.

Art. 31 - Compete à Diretoria como órgão colegiado:

- I. estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pelo Conselho de Administração;
- II. elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os planos gerais da Companhia, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração;
- III. apresentar periodicamente ao Conselho de Administração a evolução geral dos negócios da Companhia;
- IV. submeter ao Conselho de Administração proposta de indicação ou destituição de titular da auditoria interna;
- V. propor ao Conselho de Administração a alienação dos bens do ativo permanente da Companhia;
- VI. apresentar proposta ao Conselho de Administração do Regimento da Companhia com a respectiva estrutura organizacional;
- VII. apreciar o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras e o Relatório Anual da Companhia, bem como a proposta de destinação de resultado submetendo-os ao Conselho Fiscal, aos Auditores Independentes e ao Conselho de Administração;
- VIII. apresentar proposta ao Conselho de Administração do plano de cargos e salários, do regulamento de pessoal, do quadro de pessoal e do plano de benefícios e vantagens da Companhia;
- IX. decidir sobre a operacionalização e a implementação de seus planos e programas relativos às atividades de treinamento e administração de recursos humanos;
- X. criar e extinguir filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações;
- XI. submeter ao Conselho de Administração a contratação de seguros de interesse da Companhia, cujo valor do objeto segurado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- XII. apresentar ao Conselho de Administração relatórios circunstanciados do andamento dos processos judiciais e administrativos de interesse da Companhia;
- XIII. observado o disposto no inciso XVI do artigo 14 deste Estatuto, submeter previamente ao Conselho de Administração, para aprovação, contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias de direitos, que impliquem obrigações para a Companhia em montante superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), independentemente de previsão no orçamento da Companhia;
- XIV. deliberar sobre outros assuntos julgados como de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pelo Conselho de Administração.

Art. 32 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo Único - O quorum de instalação das reuniões de Diretoria é o da maioria dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião.

Art. 33 - A Companhia será representada ativa e passivamente, em quaisquer atos que criem obrigações ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, por dois Diretores em conjunto, ou por dois procuradores nomeados no mesmo instrumento, na forma abaixo, através de mandato para prática de ato nele especificado.

Parágrafo Único - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, definindo nos respectivos instrumentos, de forma precisa e completa, os poderes outorgados e o prazo de mandato, que, à exceção das procurações outorgadas a advogados para representar a Companhia em processos administrativos ou judiciais, não poderá ultrapassar 1 (hum) ano. Além do prazo, as procurações ad negotia vedarão o substabelecimento.

Art. 34 - O Diretor Presidente determinará as funções específicas de cada um dos Diretores, observando os limites que lhe forem determinados pelo Conselho de Administração da Companhia, ficando, desde já, estabelecido que o Diretor de Relações com Investidores representará a Companhia junto aos órgãos reguladores de mercados de capitais, conforme o disposto na Instrução nº 202/93, alterada pela Instrução nº 309/99, ambas da Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Art. 35 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da administração da Companhia, devendo funcionar permanentemente.

Art. 36 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - Eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, os membros do Conselho Fiscal terão o mandato de 1 (um) exercício anual, assim considerado o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos e devendo permanecer em seus cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal poderá solicitar à Companhia a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

Art. 37 - Ao Conselho Fiscal compete:

- I. fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- III. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- IV. denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral os erros, fraudes ou crimes que descobrir e sugerir providências úteis à Companhia;
- V. convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na ordem do dia das assembleias as matérias que considerar necessárias;
- VI. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- VII. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e
- VIII. exercer as atribuições previstas em lei ou definidas pela Assembleia Geral, no caso de liquidação da Companhia.

Art. 38 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, quando necessário.

Parágrafo 1º - As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O quorum de instalação das reuniões do Conselho Fiscal é o da maioria dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Conselheiros presentes à reunião.

Art. 39 - Em caso de vacância no cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do Conselheiro substituído.

Parágrafo 1º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, o membro do Conselho Fiscal será substituído pelo seu suplente, especificamente para cada reunião.

Parágrafo 2º - Ocorrendo vacância na maioria dos cargos e não havendo suplentes, será convocada Assembleia Geral para eleger os substitutos.

Parágrafo 3º - O suplente em exercício fará jus à remuneração do efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 40 - O exercício social coincide com o ano civil.

Art. 41 - Juntamente com as demonstrações financeiras, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a participação dos empregados nos lucros, e sobre a destinação do lucro líquido do exercício, na forma da legislação vigente.

Parágrafo 1º - Dos lucros líquidos, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos, na forma do disposto no artigo seguinte.

Parágrafo 2º - À conta do lucro do exercício, de lucros acumulados ou de reservas de lucros, poderá o Conselho de Administração autorizar a distribuição de dividendos intermediários, observado o disposto no artigo 204 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76.

Art. 42 - Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais classe “B” e, em seguida, às ações preferenciais classe “A” e “C”, até o limite dos dividendos prioritários a que fazem jus; o saldo será apurado e pago aos titulares de ações ordinárias e preferenciais classe “A” e “C”, tudo conforme o disposto no artigo 11 do presente Estatuto.

Parágrafo 1º - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos "pro rata" dia, subsequente ao da realização do capital.

Parágrafo 2º - Os valores dos dividendos que são devidos aos acionistas, bem como quaisquer outros proventos, serão remunerados na forma que vier a ser deliberada pela Assembleia Geral, a partir da data do encerramento do exercício social até a data fixada para o seu efetivo pagamento.

Parágrafo 3º - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da Companhia.

Art. 43 - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.1995 e legislação e regulamentação pertinentes, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei nº 6.404/76, os quais serão imputados a esses mesmos dividendos e ao dividendo fixo das ações preferenciais classe “B”, pelo correspondente valor líquido do imposto de renda.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 44 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, e elegerá o liquidante.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 45 - As ações ordinárias e preferenciais classe “B” poderão, por solicitação de seus titulares, ser convertidas em ações preferenciais classe “A”, na razão de uma ação preferencial classe “A” para cada ação ordinária ou preferencial classe “B” detida, respeitado o disposto no § 2º, do artigo 15, da Lei 6.404/1976, podendo o direito à conversão ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da ata da Assembleia Geral que aprovar tal conversão, podendo o Conselho de Administração estender ou reabrir o referido prazo.

Parágrafo Único - Caso o exercício da conversão de ações por acionistas titulares de ações ordinárias, nos termos do *caput* deste artigo, possa resultar em um número de ações preferenciais que exceda o limite legal de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas pela Companhia, a referida conversão será procedida mediante rateio entre os acionistas interessados, na proporção de sua participação no capital social, até o alcance do referido limite legal.